

Políticas Públicas na Educação Brasileira

Pensar e Fazer

Atena Editora



Atena Editora

**POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA:
PENSAR E FAZER**

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Edição de Arte e Capa: Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Profª Drª Adriana Regina Redivo – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Pesquisador da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Javier Mosquera Suárez – Universidad Distrital de Bogotá-Colombia
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª. Drª. Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª. Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª. Drª. Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769 Políticas públicas na educação brasileira: pensar e fazer /
Organização Atena Editora. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora,
2018.
248 p. : 2.852 kbytes – (Políticas Públicas na Educação
Brasileira; v. 10)

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-93243-84-4
DOI 10.22533/at.ed.844182304

1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais.
3. Escolas – Organização e administração. I. Série.

CDD 379.81

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins
comerciais.

www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

A DEMANDA DE UMA CONSCIÊNCIA CRÍTICA E POLÍTICA: O PAPEL DA EDUCAÇÃO MEDIANTE A FRAGMENTAÇÃO DO SABER E A FORMAÇÃO DO TRABALHO NA ATUALIDADE BRASILEIRA

Francinalda Maria da Silva e Luiz Arthur Pereira Saraiva..... 6

CAPÍTULO II

A IMPORTÂNCIA DAS CONDICIONALIDADES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) NA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE NA ESCOLA MUNICIPAL NAZINHA BARBOSA DA FRANCA

Celyane Souza dos Santos, Erivânia da Silva Marinho, Maria Nazaré dos Santos Galdino, Suenia Aparecida da Silva Santos e Maria de Fátima Leite Gomes 19

CAPÍTULO III

A VISÃO DA GESTÃO DE PESSOAS SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE NO ESTADO DE PERNAMBUCO

Cybelle Leão Ferreira, Gyselle Leão Ferreira e Viviana Maria dos Santos..... 33

CAPÍTULO IV

AS CONTRADIÇÕES DO PROGRAMA UM COMPUTADOR POR ALUNO, SEUS LIMITES E POSSIBILIDADES RUMO A CONSTRUÇÃO DE COMUNIDADES DE APRENDIZAGEM

Josemar Farias da Silva, Selma Suely Baçal de Oliveira e Laudicea Farias da Silva 41

CAPÍTULO V

AVALIAÇÃO POR RESULTADO EM PERNAMBUCO: QUAL O IMPACTO NA PRÁTICA DE DOCENTES DE ESCOLAS INTEGRAIS?

Vilma Cleucia de Macedo Jurema Freire 59

CAPÍTULO VI

CONSELHO TUTELAR: INSTRUMENTO DE DEMOCRATIZAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO

Andressa Garcias Pinheiro, Tyciana Vasconcelos Batalha e Carlos André Sousa Dublante..... 72

CAPÍTULO VII

DEFICIÊNCIA E PRIVAÇÃO CULTURAL: EFEITOS NA FORMAÇÃO DOS SUJEITOS

Silvia Roberta da Mota Rocha e Laís Venâncio de Melo..... 84

CAPÍTULO VIII

ENSINO MÉDIO NA AMÉRICA LATINA: IMPLICAÇÕES AOS SUJEITOS IDEALIZADOS – PROCESSOS EDUCATIVOS

Dayvison Bandeira de Moura e Maria Aparecida Monteiro da Silva..... 97

CAPÍTULO IX

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR VERSUS ORÇAMENTOS PÚBLICOS: UMA ANÁLISE DOS ORÇAMENTOS DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS BAIANAS

Marta Rosa Farias de Almeida Miranda Silva 111

CAPÍTULO X

HISTÓRIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS: DE 1824 À CONSTITUIÇÃO DE 1988

Débora de Oliveira Lopes do Rego Luna e Ítalo Martins de Oliveira 124

CAPÍTULO XI

O IMPACTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTROLE DA EVASÃO: REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA NO INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO

Eder Aparecido de Carvalho, Alexandre da Silva de Paula e Ivair Fernandes Amorim 136

CAPÍTULO XII

OS ROTEIROS DE ATIVIDADES DE MATEMÁTICA PROPOSTOS PELO CECIERJ PARA TURMAS DA 1ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO: UMA BREVE ANÁLISE

Jonas da Conceição Ricardo, Raquel Costa da Silva Nascimento, Herivelton Nunes Paiva e Reginaldo Vandrê Menezes da Mota 160

CAPÍTULO XIII

POLÍTICA EDUCACIONAL EM MANAUS: INICIATIVAS E DESAFIOS PARA MELHORIAS DO IDEB

Vilma Terezinha de Araújo Lima, Edilza Laray de Jesus, Gilson Nazareno da Conceição Dias e Suzianne Lima de Moraes 173

CAPÍTULO XIV

POLÍTICAS EDUCACIONAIS E INTERCULTURALIDADE: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À INCLUSÃO DIGITAL NAS COMUNIDADES INDÍGENAS

Neide Borges Pedrosa, Rogéria Moreira Rezende Isobe e Fernanda Borges de Andrade 186

CAPÍTULO XV

QUE EDUCAÇÃO, PARA QUE PAÍS? PERCEPÇÕES E TEMÁTICAS EMERGENTES

Denise Rangel Miranda, Joselaine Cordeiro Pereira e Elita Betânia de Andrade Martins 196

CAPÍTULO XVI

UM BREVE OLHAR NAS POLÍTICAS E DISCURSOS EDUCATIVOS NO PERÍODO DITATORIAL NO BRASIL E EM PORTUGAL: AMARRAS DE UM PROJETO NACIONALISTA AUTORITÁRIO

Joel Severino da Silva 203

CAPÍTULO XVII

UM QUINTETO HISTÓRICO E SUA RELAÇÃO COM POLÍTICAS PÚBLICAS E FRACASSO ESCOLAR

Vicente de Paulo Morais Junior 215

CAPÍTULO XVIII

UMA HERANÇA CONSERVADORA DA AUTOCRACIA BURGUESA PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM UM CONTEXTO DE CONTRARREFORMA DO ESTADO

Angely Dias da Cunha, Ingridy Lammonikelly da Silva Lima, Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida e Jéfitha Kaliny dos Santos 225

Sobre os autores.....241

CAPÍTULO XIV

POLÍTICAS EDUCACIONAIS E INTERCULTURALIDADE: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À INCLUSÃO DIGITAL NAS COMUNIDADES INDÍGENAS

**Neide Borges Pedrosa
Rogéria Moreira Rezende Isobe
Fernanda Borges de Andrade**

POLÍTICAS EDUCACIONAIS E INTERCULTURALIDADE: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À INCLUSÃO DIGITAL NAS COMUNIDADES INDÍGENAS

Neide Borges Pedrosa

Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho – RO.

Rogéria Moreira Rezende Isobe

Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba – MG.

Fernanda Borges de Andrade

Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba – MG.

RESUMO: O trabalho apresenta resultados de uma investigação cujo escopo foi analisar o processo de implantação de ambientes digitais nas escolas das aldeias Arara-Karo e Gavião-Ikolen – localizadas na Terra Igarapé Lourdes (Ji-Paraná/Rondônia) – como parte de um processo de inclusão digital das comunidades indígenas. A pesquisa realizada em 2010 utilizou-se da metodologia fundamentada numa abordagem qualitativa na perspectiva da pesquisa-ação que possibilitou o envolvimento entre os sujeitos da pesquisa de modo cooperativo ou participativo. Os referenciais teóricos que nutriram a investigação pautaram-se no entendimento de que a interculturalidade pressupõe a convivência e coexistência de culturas e identidades diferenciadas. Nesse sentido entende-se que para o indígena se inserir na modernidade não significa que deva abdicar de sua origem, modos de vida e tradições; significa, sim, interagir com outras culturas de forma consciente e, a partir de sua referência identitária, rejeitar a homogeneização condicionada por um mundo globalizado. O estudo foi realizado com onze professores indígenas por meio de duas atividades articuladas: 1) atividades de formação continuada no processo de implantação de telecentros nas escolas das aldeias em decorrência da política nacional de inclusão digital; 2) observação e registro dos modos de apropriação das TICs pelos indígenas. Os resultados demonstraram que aquelas comunidades indígenas reconhecem a importância da inclusão digital para superação dos processos de exclusão social e para produção de conteúdo voltado para preservação de sua cultura e construção de uma rede de integração entre os povos indígenas para o exercício da cidadania e luta pelos direitos sociais.

PALAVRAS-CHAVE: comunidades indígenas; política educacional, inclusão digital, interculturalidade.

1- INTRODUÇÃO

Na América Latina, as comunidades indígenas se constituem como grupos vulneráveis devido aos inúmeros preconceitos étnicos que os levam a negar suas identidades como estratégia de sobrevivência e para amenizar a discriminação e estigma em função dos seus costumes tradicionais. Nesse processo os indígenas acabam se distanciando de sua própria cultura ao mesmo tempo em que são excluídos da cultura capitalista urbana.

No entanto, desde o final do século passado vem ocorrendo no Brasil um fenômeno de reetnização, conhecido como “etnogênese” que consiste na

reafirmção de identidade de um povo étnico, após ter deixado de assumir sua identidade, por circunstâncias históricas, recuperando aspectos relevantes de sua cultura (BANIWA, 2006). A saída da invisibilidade ocorreu no âmbito de um processo de luta desses povos pela sua afirmação étnica que engendrou melhorias nas políticas públicas, advindas da conquista de direitos e de cidadania por parte das comunidades indígenas. Ainda assim, muitos jovens indígenas têm dificuldades no acesso ao ensino superior e poucas possibilidades de emprego digno ficando vulneráveis a todo tipo de violência, assistência precária à saúde, discriminação étnica, homicídio, suicídio e abuso de drogas (POPOLO; LÓPEZ; ACUÑA, 2009).

Baniwa (2006) – primeiro índio a obter o título de Mestre em Antropologia Social no Brasil – observa que atualmente “vive-se um período de consolidação do movimento indígena, de políticas públicas específicas e de revalorização das culturas” (p. 29). Ele analisa que os povos indígenas brasileiros são sobreviventes e resistentes do processo de colonização europeia, que vivem o desafio de consolidar um espaço na vida multicultural do país.

No âmbito das políticas públicas nota-se alguns avanços nas conquistas dos povos indígenas, notadamente nas áreas de saúde e educação básica, referenciadas pela busca de superação das histórias de práticas tutelares e paternalistas de políticas indigenistas oficiais. Entre os desafios para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para os direitos dessa população, destaca-se a possibilidade do acesso do indígena aos artefatos e instrumentos, ao conhecimento e valores do mundo global como o acesso às TICs (POPOLO; LÓPEZ; ACUÑA, 2009).

No que se refere à educação, nota-se que as prescrições constitucionais vigentes buscam assegurar às sociedades indígenas uma educação escolar específica e diferenciada, intercultural e bilíngue (BRASIL, 1988). A relevância dessa conquista pode ser analisada quando observamos que, até o final da década de 1970, a educação escolar indígena foi marcada por um paradigma assimilacionista, ou seja, que tinha por objetivo incorporar, assimilar os valores e comportamentos, inclusive linguísticos, da sociedade nacional. Dessa forma, vivia-se um modelo educacional que trabalhava a submersão cultural e linguística do índio na sociedade dominante. Os fortalecimentos políticos das associações indígenas levaram a uma importante conquista legal: pela primeira vez foi assegurado na Constituição Federal o direito das populações indígenas terem seus costumes e seus princípios educacionais respeitados no processo de escolarização formal.

A ênfase da Constituição Federal de 1988 em uma educação escolar específica e diferenciada resultou em medidas adotadas a partir do Decreto Federal 26/91, que consistiram na retirada da incumbência do órgão indigenista, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em conduzir processos de educação escolar nas sociedades indígenas, atribuindo ao MEC a coordenação das ações e sua execução, aos Estados e Municípios.

Por sua vez, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) em seus artigos 26, 32, 78 e 79 estabelece que a educação escolar para os povos indígenas deve ser intercultural e bilíngue para a reafirmação de suas identidades étnicas, recuperação de suas memórias históricas, valorização de suas línguas e

ciências, além de possibilitar o acesso às informações e aos conhecimentos valorizados pela sociedade nacional (BRASIL, 1996).

Tais conquistas configuram um paradigma emancipatório em termos de educação indígena: trata-se de um modelo que busca promover o respeito às crenças, aos saberes e às práticas culturais destes povos ao mesmo tempo em que promove interlocução da tradição com a modernidade.

Nessa conjuntura, torna-se fundamental a realização de pesquisas e ações voltadas para a formação de docentes para a escola Indígena de modo a assegurar a constituição de valores, conhecimentos e competências gerais e específicas para a efetividade do compromisso da sociedade brasileira, assumido através deste corpo de leis, suas diretrizes e normatizações.

É nesse caminho de reflexões que se situa esta pesquisa que foi realizada em 2010 com o objetivo analisar o processo de implantação de ambientes digitais nas escolas das aldeias AraraKaro e Gavião-Ikolen – localizadas na Terra Igarapé Lourdes (Ji-Paraná/Rondônia), como parte de um processo de inclusão digital das comunidades indígenas.

Este trabalho foi organizado em três seções. A primeira apresenta os referenciais teóricos que subsidiaram a investigação. A segunda discorre sobre desenvolvimento da pesquisa ressaltando os sujeitos envolvidos bem como os procedimentos metodológicos. A terceira evidencia os resultados da investigação. Por fim, serão apresentadas algumas considerações finais que sumarizam os principais resultados da pesquisa.

2- REFERENCIAL TEÓRICO

Os referenciais teóricos que nutriram a investigação pautaram-se no entendimento de que a interculturalidade pressupõe a convivência e coexistência de culturas e identidades diferenciadas. Baniwa (2006, p. 50) afirma que “a consciência de uma cultura própria é, em si, um ato libertador, na medida em que vence o sentimento de inferioridade diante da cultura opressora”. Para ele nenhuma prática intercultural pode confundir o conceito de cidadania diferenciada com desigualdade ou inferioridade.

A obra de Baniwa (2006) corrobora um consenso, hoje vigente: para o indígena se inserir na modernidade não significa que deva abdicar de sua origem, modos de vida e tradições; significa, sim, interagir com outras culturas de forma consciente e, a partir de sua referência identitária, rejeitar a homogeneização condicionada por um mundo globalizado. Buscar esta identidade, entretanto, não quer dizer construir uma identidade indígena genérica, mas, identidades étnicas específicas, presentes na diversidade cultural dos diferentes grupos étnicos abrigados sob a denominação mais ampla de povos indígenas do Brasil.

Nesse contexto, o indígena tem clareza de que precisa ter acesso às tecnologias e informações do mundo globalizado para se fortalecer e lutar por seus interesses e sobrevivência. Ou seja, a preservação de sua cultura e de sua autonomia

pressupõe o acesso ao conhecimento de forma também autônoma, contrapondo-se a uma “conquista” manipulada, quando tal processo não se dá através de um diálogo intercultural.

O reconhecimento de que a tecnologia tanto serve para a emancipação como para a dominação engendrou a importância de eleger como discussão conceitual a questão da humanização pela tecnologia, com desdobramentos em termos de emancipação. Nesse sentido, o pensamento de Freire (1979, p.22) referenciou o procedimento analítico quando o autor, estabelece relação entre humanização e tecnologia:

[...] se o meu compromisso é com o homem concreto, com a causa de sua humanização, de sua libertação, não posso por isso mesmo prescindir da ciência, nem da tecnologia, com as quais me vou instrumentando para melhor lutar por esta causa (FREIRE, 1979, p.22).

O autor explicita, assim, o falso dilema entre humanismo e tecnologia, isto é, não há como negar que a humanização nos tempos atuais passa pela superação de uma oposição equivocada à apropriação da tecnologia. E ao falar do uso das tecnologias na educação assim se expressa:

[...] nunca fui ingênuo apreciador da tecnologia: não a divinizo, de um lado, nem a diabolizo, de outro. Por isso mesmo sempre estive em paz para lidar com ela. Não tenho dúvida nenhuma do enorme potencial de estímulos e desafios à curiosidade que a tecnologia põe a serviço das crianças e adolescentes das classes sociais chamadas desfavorecidas (FREIRE, 1979, p.87).

A propósito das TICs são pertinentes as observações de LÉVY (1999)

[...] acesso para todos sim! Mas não se deve entender por isso um acesso ao equipamento, a simples conexão técnica que, em pouco tempo, estará de toda forma muito barata (...) devemos antes entender um acesso de todos os processos de inteligência coletiva, quer dizer, ao ciberespaço como sistema aberto de autocartografia dinâmica do real, de expressão das singularidades, de elaboração dos problemas, de confecção do laço social pela aprendizagem recíproca, e de livre navegação nos saberes. A perspectiva aqui traçada não incita de forma alguma a deixar o território para perder-se no “virtual”, nem a que um deles “imita” o outro, mas antes a utilizar o virtual para habitar ainda melhor o território, para tornar-se seu cidadão por inteiro (p.196).

Nessa perspectiva, a inclusão digital é considerada como uma das formas de combater estereótipos relacionados às comunidades indígenas e equalizar oportunidades em uma sociedade marcada por diversas formas de exclusão das diferentes etnias e classes sociais. Inclusão digital aqui é concebida na perspectiva de Young (2006, p. 97) que pode ser considerada como “aprendizagem necessária ao indivíduo para interagir no mundo das mídias digitais, podendo não apenas saber onde encontrar a informação, mas também qualificá-la e torná-la útil para seu dia-a-

dia”. A investigação se nutriu dos referenciais teóricos alinhados à análise da inclusão digital configura-se, pois, como importante processo de inclusão social numa perspectiva de emancipação humana. São pertinentes ainda as observações de Sorj (2003, p. 14) “embora aceitemos que as novas tecnologias não sejam uma panacéia para os problemas da desigualdade elas constituem hoje uma das condições fundamentais de integração na vida social”.

3- DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

O desenvolvimento da pesquisa ocorreu no âmbito do processo de implantação de dois Telecentros em escolas das aldeias Arara-Karo e Gavião-Ikolen – localizadas na Terra Igarapé Lourdes (Ji-Paraná/Rondônia). As aldeias foram beneficiadas pelo Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades, coordenado pelo Ministério das Comunicações, que tem como prioridade oferecer ferramentas em tecnologias de informação e comunicação para áreas remotas e excluídas com escassez de infra-estrutura de telecomunicações.

Nesse contexto, duas escolas indígenas representantes daquelas etnias foram beneficiadas com salas de informática providas de mobiliários e 10 computadores conectados à internet em banda larga – estabelecida com antena do GESAC – com o objetivo de promover a inclusão digital e social das comunidades envolvidas.

A investigação teve como público alvo professores indígenas que atuavam nas 8 (oito) escolas das aldeias. No momento de desenvolvimento da pesquisa as etnias contavam com um quadro de 19 (dezenove) docentes indígenas sendo 07 (sete) da etnia Arara e 12 (doze) da etnia Gavião. Participaram da pesquisa 11 (onze) professores destas duas etnias, pois, nem todos tinham condição de fazer o curso de formação continuada em inclusão digital – que configurava-se em uma das etapas da investigação – já que o mesmo coincidia com o calendário do curso de formação do Projeto Açaí ministrado pela Secretaria Estadual de Educação - SEDUC-RO.

Os participantes, professores das etnias Arara e Gavião das aldeias da Terra Igarapé Lourdes de Ji-Paraná/RO, tiveram sua formação de Magistério Indígena. Dos 11 (onze) professores 9 (nove) são homens; à época da pesquisa o grupo tinha entre 27 e 35 anos; todos possuíam formação docente em nível médio por meio do Projeto AÇAÍ da SEDUC-RO e 8 (oito) deles frequentavam a Licenciatura em Educação Básica Intercultural, da Universidade Federal de Rondônia - UNIR.

A metodologia fundou-se numa abordagem qualitativa (MINAYO, 2007) na perspectiva da pesquisa-ação definida por Thiollent (2005, p. 14) como investigação realizada “em estreita associação com a resolução de um problema coletivo e na qual o pesquisador e participantes estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo”. Esse processo foi marcado por pelo respeito à cultura indígena, seus valores, anseios e expectativas em relação às TICs. Aqui foram importantes as premissas de Morin (2004) que entende a pesquisa-ação fundamentada em um

objetivo emancipatório e transformador do discurso, das condutas e das relações sociais; porém, sem pretender apontar respostas, indica os possíveis caminhos para superar os desafios postos pela situação-problema, no caso, a inclusão digital de comunidades indígenas.

Nesse processo, foi utilizado um conjunto de procedimentos que viabilizou situações de interação com os sujeitos da pesquisa. Após a instalação dos equipamentos, iniciou-se o curso de formação continuada em inclusão digital. O curso foi estruturado em 03 módulos de 60 horas, perfazendo um total de 180 horas/aulas, desenvolvidas no período de março/2010 a nov/2010. As atividades formativas abordaram as seguintes temáticas e ações: a) contato com a máquina, identificação dos componentes (CPU, monitor, teclado, etc), sequência dos atos de ligar e desligar; b) criação de e-mail pelos participantes, promovendo-se, em primeiro lugar, a troca de e-mails entre eles; c) pesquisa na internet, a partir da ideia de se buscar a informação sobre o significado do próprio nome para subsidiar a história de vida; d) criação do blog de cada uma das duas etnias para a divulgação cultural das mesmas; e) desenvolvimento de habilidades e competências relativas ao uso didático-pedagógico das tecnologias na sala de aula; f) debates e discussões sobre as possibilidades de apropriação crítica e social das tecnologias digitais de rede, reconhecendo seu potencial crítico e emancipatório. Também foram realizadas várias visitas às aldeias com a técnica de observação e registro em um diário de bordo sobre a experiência de implantação de ambientes digitais nas aldeias.

4- RESULTADOS

Os resultados demonstraram que os professores indígenas que participaram da pesquisa reconhecem a importância da inclusão digital para superação dos processos de exclusão social. Compreenderam ainda que inclusão digital supera o acesso às tecnologias e está relacionado com o empoderamento do sujeito para transformação de sua realidade. Isso se evidenciou nas discussões sobre a necessidade de apropriação crítica das TICs e nos modos de interação com o mundo das mídias digitais.

Foram realizadas algumas ações que evidenciam o protagonismo indígena: produção de materiais didáticos específicos em sua língua, voltado para a preservação de sua cultura e lutando pelo direito à identidade de seu povo; criação de blogs de cada etnia e utilização dessa ferramenta para integração entre as aldeias, divulgação e registro de eventos e reuniões, difusão de conteúdo permitindo, desta forma, diminuir as distâncias e facilitar a comunicação; apropriação da internet para concretização de uma ponte intercultural com o movimento indígena nacional, com acesso a portais, comunidades, blogs e sites de organizações voltados para conscientização dos direitos indígenas e denúncia contra preconceitos e discriminações contra essa população (ex: portal índios on line www.indiosonline.org.br e Ação dos Jovens Indígenas-AJI www.ajindo.blogspot.com); realização de pesquisas para subsidiar as atividades docentes de modo a agregar

valor ao processo de formação das novas gerações de sua etnia; iniciativa de organização de um projeto para preservação dos bens imateriais mais antigos das etnias como os mitos, histórias e dicionário na língua Karo.

Por meio de posturas que evidenciaram, autonomia, coletividade e cooperação os sujeitos se apropriaram das mídias digitais para produção de conteúdo voltado para preservação de sua cultura e construção de uma rede de integração entre os povos indígenas para o exercício da cidadania e luta pelos direitos sociais.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas de inclusão digital engendradas pelo programa do governo federal apresentam lacunas a serem preenchidas, pois para que se efetive essa inclusão, além do fornecimento de equipamentos é preciso investir nos processos de formação crítica para o uso criativo e produtivo das informações digitais das redes.

A inserção dos povos indígenas na modernidade não significa a abdicação de suas origens, modos de vida e tradições; significa, sim, interação com outras culturas a partir de sua referência identitária, rejeitando a homogeneização condicionada por um mundo globalizado. As TICs são, pois, concebidas como ferramentas que permitem ao usuário ser um agente ativo na produção e veiculação de informações próprias, como emissor em conexão com as mídias digitais.

O desenvolvimento da pesquisa-ação possibilitou a experiência de um processo inicial mais amplo de inclusão digital na medida em que este trabalho faz a opção pela emancipação enquanto conceito que, inspirado no pensamento freiriano, norteou uma experiência de formação de sujeitos críticos, participantes da construção do próprio conhecimento, no contexto de uma prática que buscou caminhos para superar uma trajetória de dominação das comunidades indígenas.

Nesse processo, a relação com indígenas não os concebeu como “depositários” de um conhecimento levado pronto para eles, mas, como sujeitos de um processo de construção de consciência de si e da sociedade envolvente; ali, os próprios “aprendentes” se refizeram dialeticamente a partir de suas experiências anteriores em diálogo com a experiência de agora, isto é, mediando-se conhecimento e opções pela reflexão sobre si mesmo e sobre a chegada das TICs no cotidiano daquelas etnias.

Conclui-se que inclusão digital configura-se como um processo muito complexo que vai além da instalação de equipamentos e utilização de tecnologias. Existem elementos multifacetados que envolvem movimentos de conscientização e empoderamento ocorrem, necessariamente, por meio de processos formativos críticos e criativos.

REFERÊNCIAS

BANIWA, G. S. L. O índio brasileiro: **o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: MEC/Secad; Museu Nacional/UFRJ, 2006.

BRASIL. Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei No. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Ano CXXXIV, n. 248.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. Tradução de Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Coleção Educação e Comunicação, v.1).

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MINAYO, M. C. de S. O desafio do conhecimento: **pesquisa qualitativa em saúde**. 10ª ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

MORIN, A. Pesquisa-ação integral e sistêmica: **uma antropedagogia renovada**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

POPOLO, F. D.; LOPEZ, M.; ACUÑA, M. Juventude Indígena e ascendência africana na América Latina: **desigualdades sóciodemográficas e desafios**. Madrid, Espanha: Centro Latino Americano e Caribeño de demografia/División de Problación de La Cepal, 2009. Disponível em: www.cepal.org/celade/noticias/documentosdetrabajo/3/38523/ebook_juventud_indigena_pt.pdf. Acesso em: 07 abril. 2017.

SORJ, B. Brasil@povo.com: **a luta contra a desigualdade na sociedade da informação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; UNESCO, 2003

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

YOUNG, R. A inclusão digital e as metas do milênio. **Inclusão social**. v.1, n.2, p.96-99, abr/set. 2006.

ABSTRACT: The work presents results of an investigation whose scope was to analyze the process of implantation of digital environments in the schools of the villages Arara-Karo and Gavião-Ikolen - located in Terra Igarapé Lourdes (Ji-Paraná /

Rondônia) - as part of an inclusion process communities. The research conducted in 2010 used the methodology based on a qualitative approach from the perspective of action research that made possible the involvement of the research subjects in a cooperative or participatory way. The theoretical references that nourished the investigation were based on the understanding that interculturality presupposes the coexistence and coexistence of different cultures and identities. In this sense, it is understood that for the Indian to be inserted in modernity does not mean that he must abdicate his origin, ways of life and traditions; it means interacting with other cultures in a conscious way and, based on their identity reference, to reject the homogenization conditioned by a globalized world. The study was carried out with eleven indigenous teachers through two articulated activities: 1) continuous training activities in the process of implementing telecenters in village schools as a result of the national policy of digital inclusion; 2) observation and registration of indigenous ways of appropriation of ICTs. The results showed that these indigenous communities recognize the importance of digital inclusion to overcome the processes of social exclusion and to produce content aimed at preserving their culture and building a network of integration among indigenous peoples for the exercise of citizenship and struggle for social rights.

KEYWORDS: indigenous communities; educational policy, digital inclusion, interculturality.

Sobre os autores:

Alexandre da Silva de Paula Psicólogo do Instituto Federal de São Paulo (IFSP) - Câmpus Votuporanga e Professor do Centro Universitário de Votuporanga (UNIFEV). Bacharel/Licenciatura em Psicologia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), Mestre e Doutor em Psicologia pela Universidade de São Paulo (FFCLRP). Pesquisador do Observatório de Violência e Práticas Exemplares/OVIPE/USP/CNPq. E-mail: aledpaula@outlook.com

Andressa Garcias Pinheiro Graduada em Pedagogia, pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Participante do Grupo de Estudos, Pesquisas, Educação, Infância & Docência – GEPEID. Bolsista do Projeto de Pesquisa Conexões Atlânticas: memórias e processos identitários na literatura infanto-juvenil de Cuba e do Brasil (preâmbulo e começo do Novo Milênio) pelo PIBIC/ FAPEMA. E-mail para contato: dessaduartepinheiro@hotmail.com

Angely Dias da Cunha Mestranda do Programa da Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba – Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba – Membro do Grupo de pesquisa em Questão Social, Política Social e Serviço Social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre o Conservadorismo (GEPECON) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – E-mail: gelly.cunha@hotmail.com

Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida Professora da Universidade Federal da Paraíba – Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba – Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba; – Mestrado em Serviço pela Universidade Federal da Paraíba; – Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP); – Pós Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP); – Coordenadora do Setor de Estudos e Pesquisas em Análises de Conjuntura, Políticas Sociais e Serviço Social (SEPACOPS) da UFPB – Professora Bolsista de Produtividade em Pesquisa pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Carlos André Sousa Dublante Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Maranhão. Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Maranhão. Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Integra o Grupo de Pesquisa em Políticas, Gestão Educacional e Formação Humana do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão. E-mail para contato: cdublante@terra.com.br

Celyane Souza dos Santos Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); e-mail: celyanesouza1@hotmail.com

Cybelle Leão Ferreira Técnico Administrativo em Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Graduação em Gestão de Recursos Humanos pela Universidade Estácio de Sá (UNESA). Graduação em andamento em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Especialização *latu sensu* em andamento em Gestão Contábil e Financeira pela Escola Superior Aberta (ESAB).

Dayvison Bandeira de Moura Professor nas universidades Americana, Columbia e IBERO Americana, Asunción – PY. Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação Estrito-Sensu Universidade Columbia – Asunción - PY; Graduação em Letras Vernáculo pela Universidade Federal de Pernambuco - FAFIRE; Mestrado em Ciências da Educação pela Universidade Americana de Asunción, PY; Doutorado em Ciências da Educação pela Universidade Americana de Asunción, PY; Grupo de pesquisa: Linha de Currículo no que diz respeito à Língua Portuguesa, Análise do Discurso, Linguística Sistemática Funcional, Leitura e Afrocentricidade. E-mail para contato: analistadodiscurso.bandeira.pe@gmail.com

Débora de Oliveira Lopes do Rego Luna Mestre em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior (MPPGAV) pela UFPB. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Gestão e Financiamento da Educação (GREFIN), da UFPB. Possui graduação em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ). Atualmente é servidora pública federal, atuando como Assistente em Administração na UFPB, lotada na Pró-Reitoria de Administração

Denise Rangel Miranda Professora e Coordenadora da Rede Municipal de Juiz de Fora; Membro do corpo docente colaborador do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP/CAED/FACEDUFRJF); Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Mestrado em Educação pela Universidade Católica de Petrópolis; Doutorado em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Grupo de pesquisa: GESE (Grupo de Estudos sobre sistemas educacionais);

Eder Aparecido de Carvalho Professor EBTT na Área de Sociologia do Instituto Federal Catarinense (IFC) – Câmpus Brusque. Bacharel em Serviço Social pelo Centro Universitário de Votuporanga (UNIFEV), Licenciatura em Sociologia pelo Instituto Dottori (FACDOTT), Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (FCL - Câmpus de Araraquara). Pesquisador do Grupo de Pesquisa Ciências e Desenvolvimento Social/CDS/IFC/CNPq. E-mail: carvalhoeder@hotmail.com

Edilza Laray de Jesus Professor Adjunto da Universidade do Estado do Amazonas; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (UEA)/ Colaboradora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências Ambientais e Sustentabilidade na Amazônia – PPGCASA. Graduação em Geografia – Universidade Federal do Amazonas – UFAM; Mestrado

em Educação Ambiental (FURG, RS). Doutorado em Educação (UFRGS, RS). Grupo de pesquisa: Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Cultura Amazônica - NEICAM". Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Universidade do Estado do Amazonas; E-mail para contato: ejesus@uea.edu.br

Elita Betânia de Andrade Martins Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora; Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Mestrado em Educação - Políticas Públicas e Gestão pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Doutorado em Educação - Políticas Públicas e Gestão pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Grupo de pesquisa: Coordenadora do grupo de pesquisa GESE (Grupo de Estudos sobre sistemas educacionais); Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Fundação: Pesquisa em andamento financiada pela FAPEMIG;

Erivânia da Silva Marinho Discente colaboradora do Projeto de Extensão: “O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) E SUAS CONDICIONALIDADES NA EDUCAÇÃO: o acompanhamento e monitoramento dos (as) alunos (as) em descumprimento na Escola Municipal Nazinha Barbosa da Franca”, do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); e-mail: erivaniamarinho@hotmail.com.

Fernanda Borges de Andrade Graduação em pela Faculdade Dom Bosco de Filosofia, Ciências e Letras de São João Del Rey, MG, Brasil. Mestrado em Educação pela Universidade de Uberaba na linha de Pesquisa de Formação e Prática Docentes. Doutoranda pela Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-graduação em Educação / Faculdade de Educação - FACED, na linha de pesquisa Saberes e Práticas Educativas. Grupo de Estudos e Pesquisas do Programa Institucional de bolsas de iniciação à docência do Pibid/UFTM - Projeto de extensão em interface com a pesquisa. E-mail para contato: feborgesaz@yahoo.com.br

Francinalda Maria da Silva Graduanda em Licenciatura Plena em Geografia na Universidade Estadual da Paraíba – Centro de Humanidades. Guarabira, Paraíba. Bolsista pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq), ofertado pela Universidade Estadual da Paraíba. Membro do Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão EGEFProf – Estudos Geográficos: Ensino e Formação de Professores; E-mail para contato: francinaldageografia@gmail.com

Gilson Nazareno da Conceição Dias Professor efetivo da Secretaria de estado de Educação do Amazonas; Graduação em Geografia – Universidade Estadual Vale do Acaraú, UVA-CE; Especialização em METODOLOGIA NO ENSINO DE GEOGRAFIA. E-mail para contato: gilsondias87@gmail.com

Gyselle Leão Ferreira Assistente Administrativo em Educação do Governo do Estado de Pernambuco. Graduação em andamento em Licenciatura em Matemática pelo Instituto Federal de Educação e Tecnologia de Pernambuco (IFPE).

Herivelton Nunes Paiva Graduado em Estatística pela Universidade Salgado de Oliveira (1990), graduação em Matemática pela Universidade Salgado de Oliveira (2001) e mestrado em Ensino de Ciências da Saúde e do Ambiente pelo Centro Universitário Plínio Leite (2006). Atualmente é professor do Colégio Estadual Pandiá Calógeras, professor titular da Universidade Salgado de Oliveira, Professor do Programa de Pós-graduação Lato sensu da UNIVERSO/SG, pesquisador- bolsista da Fundação para o Desenvolvimento Cient. Tec. em Saúde/ Fundação Oswaldo Cruz e professor orientador da Universidade Federal Fluminense. Tem experiência na área de Matemática, com ênfase em Matemática, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, matemática, educação matemática, marketing e estatística. Consultor em Estatística e Educação.

Ingridy Lammonikelly da Silva Lima Mestranda Programa da Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba – Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba – Membro do Grupo de pesquisa no Setor de Estudos e Pesquisas em Análises de Conjuntura, Políticas Sociais e Serviço Social (SEPAOCOPS) da UFPB – Bolsista Produtividade em Pesquisa pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Ítalo Martins de Oliveira Mestre em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior (MPPGAV) pela UFPB, Especialização em Direito Administrativo e Gestão Pública (UFPB-2006) e em Controladoria para Gestão Pública e Terceiro Setor (UFRN-2011), bacharelado em Ciências Contábeis (UFPB-2004). Integrante do Grupo de Pesquisa em Avaliação da Educação Superior (GAES), da UFPB. Atualmente é servidor público federal, atuando como Contador na UFPB, lotado na Pró-Reitoria de Administração.

Ivair Fernandes Amorim Professor EBTT na Área de Educação/Pedagogia do Instituto Federal de São Paulo (IFSP) - Câmpus Votuporanga. Licenciatura em Pedagogia pelo Centro Universitário de Votuporanga (UNIFEV), Mestre e Doutor em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista (FCL - Câmpus de Araraquara). E-mail: ivairfernandesamorim@gmail.com

Jéfitha Kaliny dos Santos Mestranda do Programa da Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba – Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba

Joel Severino da Silva Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; Grupo de Pesquisa: É Membro do Grupo de Estudo em Religiosidades, Educação, Memórias e Sexualidades (UFPE) cadastrado no CNPq. Bolsista do PIBIC/UFPE/CNPq em: 2014-2015, 2016-2017 na área de religião e diversidade religiosa, com ênfase nas discussões envolvendo as religiões de matriz africana; 2017-2018 na área de gênero e sexualidade. E-mail para contato: joelsilva.educar@gmail.com

Jonas da Conceição Ricardo Professor da Universidade Estácio de Sá e da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro; Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Tecnologia e Educação do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca- CEFET/RJ; Mestre em Educação Matemática e Licenciado em Matemática. Possui curso de extensão em Gestão de Sala de Aula pelo Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. Possui experiência na modalidade em Ensino à Distância e também na elaboração de material didático, tanto pela Secretaria Estadual de Educação/RJ quanto pelas instituições: Universidade Estácio de Sá e da Universidade Universo. Atualmente também atua com pesquisa na Universidade Estácio de Sá, sendo bolsista do Programa Pesquisa Produtividade da Universidade Estácio de Sá

Joselaine Cordeiro Pereira Professora e Coordenadora da Rede Municipal de Juiz de Fora; Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Mestrado em Economia doméstica pela Universidade Federal de Viçosa; Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Grupo de pesquisa: GESE (Grupo de Estudos sobre sistemas educacionais); joselainecp@hotmail.com

Josemar Farias da Silva Licenciado em Ciências pela Universidade de Pernambuco. Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Amazonas. Atualmente Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM.

Laís Venâncio de Melo Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado Acadêmico (PPGE) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), PB. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Professora do Ensino Fundamental no município de Campina Grande, PB. E-mail: laisvenanciomelo@gmail.com

Laudicea Farias da Silva Licenciada em Ciências pela Universidade de Pernambuco – UPE. Pós-Graduação em Psicopedagogia pela mesma Universidade. Atualmente atua na Gestão no âmbito da Secretaria de Estado de Educação de Pernambuco.

Luiz Arthur Pereira Saraiva Licenciado em Geografia pela Universidade Estadual da Paraíba (CEDUC/UEPB). Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (PPGEO/UFPE). Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (PPGEO/UFPE). Vice-Líder do Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão EGEFProf – Estudos Geográficos: Ensino e Formação de Professores. Professor do Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba (DG/CH/UEPB). Professor Orientador de Bolsista pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq), ofertado pela Universidade Estadual da Paraíba. E-mail para contato: saraivaluizarthur@yahoo.com.br

Maria Aparecida Monteiro da Silva Doutorado em Educação - Universidad de Santiago de Compostela em 1998 e Doutorado em Educação pela Universidad Politécnica y Artística do Paraguay em 2005. Atualmente é professor titular do Centro

de Ensino Superior - CESUMAR - Maringá - PR. Membro da Fundação Araucária de Apoio ao Desenv. Científico e Tecnológico do Paraná. Na Universidade Paranaense - UNIPAR atuou como Diretoria de Centro, Chefe de Departamento, Coordenadora de Colegiado de Curso, Membro do Conselho Superior de Administração - CONSAD, e Membro do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONEPE, Membro do Grupo Especial de Trabalho Setor de Atuação para Elaboração do Projeto de Reconhecimento das Faculdades Integradas da APEC como Universidade, Membro do Conselho Técnico Científico, Coordenadora Geral dos Vestibulares, Membro da Comissão de Acompanhamento do Crédito Educativo, Membro da Comissão Organizadora do XIX Ciclo de Estudos Jurídicos do Curso de Direito e Programa de Mestrado em Direito Processual e Cidadania da Unipar ? Perspectivas contemporâneas nas relações humanas e sociais, Membro da Comissão Organizadora da II Semana Científica do Curso de Direito da Unipar, Membro da Banca na Apresentação dos Trabalhos da II Semana Científica do Curso de Direito da Unipar, Consultor ad hoc del Mostra de Extensão Universitária, Coordenadora e Consultora ad hoc de Mostra Científica do Curso de Direito, Membro da Banca Examinadora dos Trabalhos de Conclusão de Curso: Curso de Direito. Participou no Grupo de Estudo: Investigação e reflexão sobre as questões da Educação no Brasil pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ.

Maria de Fátima Leite Gomes Prof.^a. Dra. do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), vice-líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais – GEPEDUPSS e coordenadora do Projeto de Extensão, intitulado: “O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) E SUAS CONDICIONALIDADES NA EDUCAÇÃO: o acompanhamento e monitoramento dos (as) alunos (as) em descumprimento na Escola Municipal Nazinha Barbosa da Franca”. E-mail: fatima.l.gomes2016@gmail.com

Maria Nazaré dos Santos Galdino Discente colaboradora do Projeto de Extensão: “O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) E SUAS CONDICIONALIDADES NA EDUCAÇÃO: o acompanhamento e monitoramento dos (as) alunos (as) em descumprimento na Escola Municipal Nazinha Barbosa da Franca”, do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); e-mail: zaremorena12@gmail.com.

Marta Rosa Farias de Almeida Miranda Silva Graduação em Ciências Contábeis pela Fundação Visconde de Cairu (FVC). Mestrado em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (GESTEC) pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb). Doutoranda Educação e Contemporaneidade, Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC), Universidade do Estado da Bahia (Uneb). Grupo de pesquisa: Educação, Universidade e Região (EduReg) - Uneb e Interculturalidades, Gestão da Educação e Trabalho (InterGesto) – Uneb. E-mail para contato: martarmiranda@gmail.com; mmiranda@uneb.br

Neide Borges Pedrosa Graduação em Pedagogia pela Faculdade Educação Antonio A. Reis Neves, Barretos SP. Mestrado em Ciências e Práticas Educativas pela Universidade de Franca, UNIFRAN, Brasil. Doutorado em Educação (Currículo) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil. Grupo de Pesquisa EDUCA. Linha de Pesquisa: Educação e Novas Tecnologias. E-mail para contato: neibpedrosa@gmail.com

Raquel Costa da Silva Nascimento Licenciada em Matemática pela UERJ em 2002. Especialista em Ensino de Matemática pela Uff em 2004 e Mestre em Ensino de Ciências e Matemática pelo CEFET em 2011. Durante os anos de 2011 a 2013, atuei como Assistente Técnico responsável pela área de Matemática da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro, onde exerci diversas funções, dentre elas: gerenciar projetos relacionados a matemática, produzir materiais de apoio pedagógico, acompanhar ações relacionadas a área tais como Saerjinho, Reforço Escolar e projetos de parceria privada e realizar formações de professores. Ressalto que todos os materiais produzidos durante estes 3 anos ainda se encontram disponíveis no site da SEEDUC - <http://conexaoprofessor.rj.gov.br/>, Professora da Prefeitura de Macaé, da SEEDUC/RJ e Professora da Universidade Universo.

Reginaldo Vandrê Menezes da Mota Licenciado em Matemática (UFF), Pós graduação UNIRAM , Mestrando (ProfMat-UNIRIO), professor com dedicação exclusiva do Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, foi autor do currículo mínimo de matemática do Estado do Rio de Janeiro e das Atividades Autorreguladas.

Rogéria Moreira Rezende Isobe Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Uberlândia. Mestrado em Educação (História, Política, Sociedade) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil. Doutorado em Educação (História, Política, Sociedade) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil. Grupo de Estudos e Pesquisas em Política, Formação Docente e Práticas Educativas - GEPPPOE. E-mail para contato: rogeriaisobe@gmail.com

Selma Suely Baçal de Oliveira Mestre e Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo – USP. Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Orientadora do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação e atualmente Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação na mesma Universidade.

Silvia Roberta da Mota Rocha Professora da Unidade Acadêmica de Educação (UAEd) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), PB. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado Acadêmico (PPGEd) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), PB. Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: silviarobertadamotarocho@gmail.com

Suênia Aparecida da Silva Santos Discente colaboradora do Projeto de Extensão: “O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) E SUAS CONDICIONALIDADES NA EDUCAÇÃO: o acompanhamento e monitoramento dos (as) alunos (as) em descumprimento na Escola Municipal Nazinha Barbosa da Franca”, do curso de graduação em Serviço

Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); e-mail: sueniaaparecida@hotmail.com.

Suzianne Lima de Moraes Graduação em Geografia pela Universidade do Estado do Amazonas. E-mail para contato: suzianne.moraes@hotmail.com

Tyciana Vasconcelos Batalha Graduada em Pedagogia, pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Participante do Grupo de Estudos e Pesquisas, Educação, Infância & Docência – GEPEID e Grupo de Estudos e Pesquisa no Ensino da Leitura e da Escrita como Processos Dialógicos – GLEPDIAL. Bolsista do Projeto de Extensão pela Fundação Sôsândrade de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal do Maranhão – FSADU. E-mail para contato: alftyaci@gmail.com

Vicente de Paulo Morais Junior Diretor de Escola da rede pública do estado de São Paulo; Professor da Faculdade Bilac (São José dos Campos/SP); Graduação em História pela Universidade do Vale do Paraíba (São José dos Campos/SP); Mestre em Educação pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP/SP); Doutorando em Educação na Universidade Metodista de São Paulo (UMESP); Contato: vicentemjunior@hotmail.com

Vilma Cleucia de Macedo Jurema Freire Professora de Geografia da Rede Pública de Ensino do Estado de Pernambuco, Brasil; Graduação em Geografia pela Universidade Pernambuco - UPE; Mestrado em Ciências da Educação pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia – ULHT, Portugal/Diploma Revalidado pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL; Doutorado: Cursando Ciências da Educação na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH)/Universidade Nova de Lisboa (UNL)/Lisboa – Portugal; Grupo de pesquisa: Desigualdades sociais e ação pública – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais - CICS – NOVA - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH)/Universidade Nova de Lisboa (UNL)/Lisboa – Portugal. E-mail para contato: vilmapanelas@gmail.com

Vilma Terezinha de Araújo Lima Professor Adjunto da Universidade do Estado do Amazonas; Membro do corpo docente do Mestrado Profissional em Gestão de Áreas Protegidas da Amazônia (MPGAP) – Instituto de Pesquisas da Amazônia. Graduação em Geografia pela Universidade do Estado do Ceará; Mestrado em Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade do Estado do Ceará; Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP; Grupo de pesquisa: Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Cultura Amazônica - NEICAM". Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Universidade do Estado do Amazonas; E-mail para contato: araujovilma@hotmail.com

Viviana Maria dos Santos Cursando Magistério pela Escola Estadual Marcelino Champagnat. Graduação em andamento em Letras pela Universidade Estácio de Sá (UNESA).